



**EM LUTA
PELA
PROFISSÃO
E PELA
ESCOLA
PÚBLICA**

PROPOSTA DE MOBILIDADE ESPECIAL É PRÉ-AVISO DE DESPEDIMENTOS

SPN e Fenprof consideram inaceitável a proposta do MEC e entendem que ela reforça as razões das greves nos dias 7, 11, 12, 13, 14 e 17 de junho e da manifestação nacional no dia 15. Os professores darão aí a resposta adequada ao espanto de Crato.

spn
informação

A Federação Nacional dos Professores recebeu do ministério uma proposta de aplicação do regime de mobilidade especial aos professores já a partir de setembro.

Escudando-se num alegado “sistema de requalificação”, a “exposição de motivos” enche três páginas de argumentos para justificar as verdadeiras intenções: aplicar a mobilidade especial aos professores, reduzir o salário a partir do primeiro dia em que o docente entre na mobilidade especial entre 33% e 53% (redução imposta pelo limite previsto de 3 salários mínimos) e deixar de o pagar ao fim de um ano e meio.

A proposta agrava o que dispõe o atual Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente o nº 3 do artigo 64º, que admite a mobilidade compulsiva de docentes para outro estabelecimento de ensino, mas no respeito pelas regras de destacamento por ausência de componente letiva. A proposta refere que se aplicarão “os procedimentos definidos por portaria conjunta” das Finanças, Administração Pública e Educação, reservando-se os governantes o direito ao arbítrio nessas transferências.

Por outro lado, lendo-se a proposta, parece que o Ministério da Educação e Ciência apenas pretende aplicar este regime aos docentes dos quadros de agrupamento ou de escola, não referindo o que acontecerá aos dos quadros de zona pedagógica. Terá sido esquecimento, ou reservará o MEC ou-

tro regime para estes docentes, de iguais ou ainda piores consequências?

Curiosa, também, é admissão de que no primeiro concurso interno a realizar, os docentes já com remuneração reduzida, ou totalmente cortada, poderão concorrer em primeira prioridade. Ou seja, o MEC diz a estes professores que, em 2017, poderão concorrer em primeira prioridade, mas esclarece todos os que atingirem os 18 meses, ficando sem salário, que a partir daí irão desaparecer do mapa. De qualquer forma, esta disposição não traz qualquer novidade (a proposta global prevê a prioridade aos trabalhadores em mobilidade especial), podendo mesmo ser redutora, ao limitar temporalmente a prioridade que é dada aos docentes que atinjam os 18 meses em mobilidade especial.

Face a esta proposta, é ainda mais surpreendente – mas não estranho – que Nuno Crato não compreenda a decisão dos professores de realizarem greves e manifestações. Pensará que não ouvimos as suas declarações? Que não lemos as suas propostas? Que não lutaremos pelo futuro da nossa profissão e da Escola Pública?

O SPN e a Fenprof reafirmam a rejeição da aplicação do regime de mobilidade especial aos docentes. Porque não há professores a mais. Há, sim, políticas que visam deliberadamente eliminar postos de trabalho, dificultando ainda mais a vida das escolas.

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico e Foto da Capa Adriano Rangel · **Pós-produção Digital** Rui Moreira · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

EM JUNHO, ESTAMOS EM LUTA!



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

Aprovada no 11º Congresso Nacional dos Professores, a campanha em defesa da Escola Pública [pág. 11] ganha uma importância acrescida no contexto atual. Com ela, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reafirma que só venceremos a crise com mais e melhor educação pública e apela à urgente mobilização da sociedade portuguesa e à participação ativa de todos os parceiros educativos, e de todos os que entendem a Educação como a base do desenvolvimento das pessoas e dos países, na exigência de que ela ocupe o lugar que merece – o centro das políticas públicas.

Esta edição revisita a passagem da campanha na região Norte, onde a participação de muitas crianças e jovens foi demonstrativa do muito que quotidianamente se ensina e se aprende nas escolas. A direção do SPN agradece a todos os alunos e professores que, de uma forma ou de outra, se associaram a esta iniciativa, mostrando que a Escola Pública vale a pena.

O congresso mandou também a Fenprof para, junto de todas as organizações representativas de docentes e investigadores, apelar à definição conjunta de um plano de luta, incluindo a convocação de greves em períodos de avaliação e dias de exame. Esta proposta surge na sequência da auscultação realizada no período que antecedeu o congresso, onde resultou clara uma forte preocupação dos professores em relação ao futuro da Escola Pública e da profissão docente, face ao prosseguimento de políticas economicistas e ao agravamento das condições de trabalho, desemprego, instabilidade e desvalorização salarial. A somar a todas as medidas já

tomadas, visando a redução do número de professores, o MEC admite agora, após sucessivos desmentidos, que as 40 horas semanais e a mobilidade especial também se lhes vão aplicar. Sob o eufemismo da “requalificação”, o Governo pretende deixar sem qualquer vencimento, ao fim de 18 meses, largos milhares de professores e outros trabalhadores em funções públicas. Estamos perante um despedimento coletivo de dimensão ainda não completamente conhecida, que abrangerá os professores colocados em situação de horário-zero e a quase totalidade dos professores contratados.

Situações excecionais exigem respostas excepcionais. Rejeitando em absoluto estas medidas, as organizações sindicais de professores decidiram avançar – num quadro de ampla convergência e grande unidade – para a convocação de greves às avaliações de uma manifestação nacional e de uma greve geral de todos os professores. É um calendário de luta duro, e não devemos esperar facilidades.

Ao invés de fazer o que lhe competiria – procurar responder às justas reivindicações dos sindicatos para que as greves não se realizem –, o MEC provavelmente procurará que sejam decretados serviços mínimos na realização do exame previsto para o dia de greve geral, como se de uma “necessidade social impreterível” se tratasse e o exame só pudesse ser realizado naquele dia; hipocritamente, afirmará estar a defender assim os interesses dos alunos, como se eles fossem alheios à luta dos professores ou como se as medidas que o Governo tem vindo a tomar, elas sim, não os pusessem em causa; enfim, irá recorrer a todos os

expedientes para retirar eficácia à nossa luta.

Desenganem-se os que pensam que dessa forma nos irão derrotar. Para os professores, educadores e investigadores, muito mais importante do que a eventualidade de vir a perder uma qualquer batalha jurídica, é a consciência da responsabilidade coletiva de denunciar e combater políticas de desinvestimento na Educação, que a vários níveis põem em risco os avanços – lentos e difíceis de alcançar, mas passíveis de rápida regressão – de um sistema educativo que está longe de estar consolidado e que precisa de professores valorizados e não tratados como uma despesa que é preciso eliminar a qualquer custo.

Derrotados seríamos se aceitássemos passivamente ser tratados como uma profissão de gente dispensável; se tolerássemos propostas que desqualificam o nosso trabalho, como a que a AEEP acaba de apresentar para o ensino particular e cooperativo (40 horas, 30 das quais letivas); se permitíssemos, em silêncio, que milhares de professores necessários nas escolas fossem afastados da profissão; se nos conformássemos com uma sobrecarga de trabalho pedagogicamente inoportável, com consequências dramáticas na degradação da qualidade do ensino e da aprendizagem, assim como na desmotivação e desgaste profissional.

Em junho, estamos em luta! Contra o individualismo, a solidariedade; à insegurança e ao medo, a força de estarmos unidos; à resignação e ao conformismo, a ideia de futuro inerente ao ato educativo e à profissão que lhe dá rosto.



CONCURSOS? VAGAS? NÃO, NÃO É BEM ISSO...

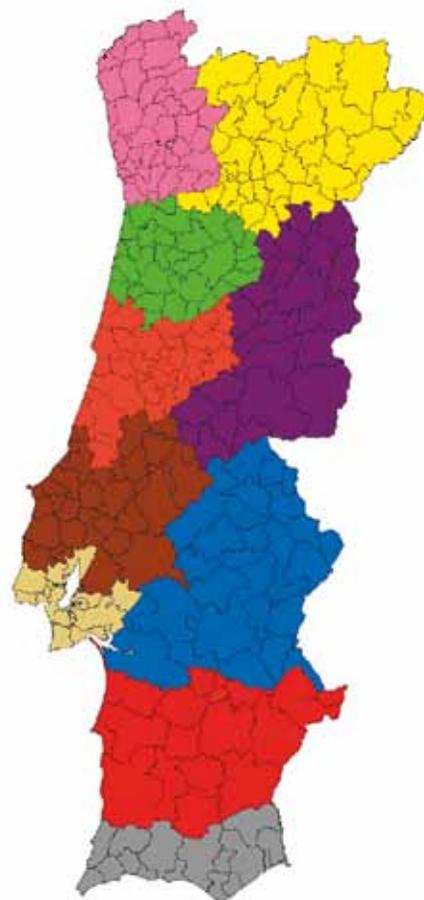
A Portaria 156-A/2013, de 19 de abril, que fixa o número de vagas dos quadros de agrupamento de escolas e de escolas não agrupadas, a preencher pelo concurso externo e interno, no ano escolar de 2013/2014, publicitou 12.003 vagas negativas (a extinguir quando vagarem) e apenas 618 positivas – em grupos como o 1º Ciclo, EVT e ET, o saldo negativo é superior a um milhar, e em Português ultrapassa 800.

Aliás, o número de vagas negativas é tão elevado que chega a parecer engano... Mas não é! É, isso sim, a demonstração clara do que o Governo pretende para o futuro da Educação em Portugal, fomentando a precariedade e a instabilidade entre os docentes dos quadros e atirando para o desemprego dezenas de milhar não pertencentes a um quadro, roubando-lhes a esperança de algum dia poderem ter um futuro na profissão.

As perspetivas mais pessimistas confirmaram-se, tendo o MEC aberto praticamente o mesmo número de vagas que haviam sido criadas no âmbito do concurso externo extraordinário, sendo que, em vários casos, os números são rigorosamente coincidentes!

Este é, claramente, um concurso para destruir e não para construir; para encerrar e não para alargar; para criar ainda mais instabilidade e não a estabilidade necessária. É, infelizmente, o retrato fiel da imagem deste governo e deste ministério da Educação: desolador, aterrador e devastador para a Escola Pública e, ao mesmo tempo, destruidor de carreiras e de vidas de pessoas, apenas encaradas como números.

Foram publicitadas 12.003 vagas negativas e apenas 618 positivas! A portaria que deveria ter declarado as vagas a concurso, assumiu-se, afinal, como uma 'portaria de não vagas'...



Alteração dos QZP

Também no dia 19 de abril, foi publicada a Portaria 156-B/2013, que extinguiu os anteriores quadros de zona pedagógica (23) criando novos (10) – a maioria, de muito maior dimensão geográfica, obrigando a um alargamento drástico da obrigatoriedade de candidatura dos docentes pertencentes a estes quadros. Os departamentos jurídicos dos sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) consideram mesmo poderem estar em causa direitos constitucionais, pelo que foi pedida a verificação sucessiva da constitucionalidade do diploma.

ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO



Perante a importância das matérias em causa e pelo seu impacto na vida dos docentes, o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof reafirmam a exigência de uma efetiva negociação das alterações ao despacho 13-A/2012.

Em reunião realizada a 17 de abril, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) apresentou – oralmente – à Federação Nacional dos Professores (Fenprof) o que chamou de principais linhas de orientação que presidem à proposta de alteração ao Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho, tendo ficado de enviar, no mesmo dia, o documento em causa.

Contudo, a Fenprof recebeu não uma proposta de diploma, como se esperava, mas um documento de apenas uma página, que não permitiu que ficássemos a conhecer de que forma se traduzirão, no diploma legal a publicar, as ditas linhas de orientação, pelo que, neste momento, é impossível ter uma opinião fundamentada sobre a situação.

Ainda assim, a Fenprof produziu um comentário ao documento, que adiante se transcreve e que inclui algumas propostas específicas que, cremos, poderão constituir alterações essenciais à melhoria das condições de trabalho e de ensino-aprendizagem de professores e alunos.

I. “Relativamente à “introdução de objectivos específicos segundo os quais a liderança concretiza a autonomia da escola”, e ainda que se possa concordar, em abstracto, com a formulação dos dois primeiros subpontos – “a prestação de informação que apele à maior participação do corpo docente e a criação de ambientes de trabalho mais ágeis por simplificação de procedimentos (desburocratização)” –, é imperioso perceber como pretende o MEC atingir tais objetivos. Quanto às pretensões de “focalização da acção educativa na aprendizagem dos alunos” e de “responsabilização e prestação [de] contas”, podendo parecer igualmente meritórias, merecem, contudo, algumas reticências. No primeiro caso, pela menorização que o mesmo poderá, eventualmente, traduzir de uma componente mais abrangente de formação para uma cidadania plena, nomeadamente no trabalho em torno de atitudes e valores, em que a Escola não pode deixar de ter um papel de enorme importância e que não pode ser postergado; quanto à ênfase na responsabilização e na prestação de contas, nada a opor, desde que a sua prossecução não faça esquecer a desburocratização nem acarrete o desvio de atenções do que é mais relevante na função docente – o trabalho com e para os alunos.”

II. “No que respeita a soluções que possam permitir às direcções das escolas o acréscimo de horas aos máximos anteriormente permitidos de redução da componente letiva de subdiretor e adjuntos, bem como para as funções de coordenador de estabelecimento em função do número de alunos, trata-se de uma necessidade imperiosa, sobretudo se se tiver em conta, por um lado, que o despacho 13-A/2012 havia limitado significativamente estas reduções, e, por outro lado, que o MEC tem insistido em levar por diante agregações de escolas e agrupamentos de dimensão cada vez maior, fisicamente mais dispersas e de gestão cada vez mais complexa, pelo que se impõe o reforço de horas para o trabalho naquelas funções e, em muitos casos, a redução total de componente letiva.

Embora não conhecendo a forma de concretização que o MEC terá em mente, a Fenprof duvida que este reforço consiga repor minimamente as condições de trabalho antes existentes, sobretudo nos casos de novas unidades orgânicas resultantes da agregação de duas, três, quatro ou mesmo cinco escolas/agrupamentos. Considera, por outro lado, que o crédito global de horas de cada escola/agrupamento não deverá depender do sucesso ou insucesso dos alunos, o que se pode tornar fortemente penalizador e, em muitos casos, contribuir para acentuar assimetrias já existentes entre estabelecimentos e comunidades. Defende, ainda, que nas novas unidades orgânicas resultantes do processo de agregações se mantenha o crédito de horas por escola/agrupamento original.”



Ana Alvim

CALENDÁRIO ESCOLAR PARA 2013-2014

O MEC apresentou em abril uma proposta de despacho que visa estabelecer o calendário escolar para 2013/2014, constatando-se, mais uma vez, a utilização do Natal e da Páscoa – e, por arrastamento, o Carnaval – como momentos de divisão dos períodos letivos, o que, no próximo ano, resultará num 3º período manifestamente muito curto. No que respeita à Educação Pré-Escolar, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) consideram que os tempos dedicados à avaliação deverão ser coincidentes com os períodos de avaliação estabelecidos para o Ensino Básico, de modo a possibilitar a articulação entre os educadores de infância e os docentes do 1º Ciclo e a favorecer não só a passagem de informações relevantes sobre as aprendizagens e os processos realizados por cada criança, mas também garantir a sequencialidade e continuidade educativas. Discordamos que o MEC pretenda responder a situações de natureza social por via das respostas educativas, sendo isso que, claramente, está em causa.

Consideramos, por outro lado, que o prolongamento das atividades letivas até 4 de julho (1º e 2º ciclos) é uma medida pedagógica ineficaz e inútil, acabando por assumir mais um caráter punitivo para os alunos. Este prolongamento em nada resolverá as falhas de aprendizagem das crianças, muitas vezes acumuladas ao longo de vários anos de escolaridade, e acarreta perturbações na calendarização das reuniões de avaliação, obrigando a que se façam com sobrecarga do horário dos docentes

Finalmente, e para além da nossa posição crítica face à realização de exames nos 1º e 2º ciclos – que entendemos isentos de qualquer vantagem pedagógica, podendo mesmo funcionar em prejuízo das aprendizagens –, consideramos não fazer qualquer sentido que os mesmos se realizem até 5 de maio, criando nos alunos a sensação de que o ano termina com esses exames e dificultando as aulas posteriores.

III. “Quanto à “integração do teor do Despacho nº 9.509/2012, de 13 de julho, no despacho da organização do ano letivo” – transpondo para 2013/2014 as medidas transitórias para as assessorias das comissões administrativas provisórias dos agrupamentos recém-criados, que o diploma regulou para 2012/2013 –, parecendo lógico e coerente que assim seja, a Fenprof manifesta, no entanto, as dúvidas colocadas no ponto II.”

IV. “Sobre “promoção do sucesso escolar, componentes letiva e não letiva” e a necessidade de “clarificação do serviço que pode ser realizado em componente letiva e do que é realizado em componente não letiva”, a posição da Fenprof foi recentemente reafirmada e reiterada em documento entregue ao MEC.

A Federação concorda com a manutenção das normas existentes para a lecionação dos grupo-equipa do Desporto Escolar. Contudo, e porque o sucesso ou insucesso dos alunos não pode ser desligado das condições de trabalho dos docentes, muitas outras situações carecem de alteração ou clarificação. A título de exemplo:

- reposição da redução de duas horas letivas por direção de turma, função de extrema importância na gestão dos alunos e de interlocução privilegiada das escolas com as famílias e outras instituições com que têm de articular o seu trabalho;
- estabelecimento de limites horários para a duração das reuniões de natureza pedagógica e a sua inclusão na componente

não letiva de estabelecimento, para não retirar tempo à componente individual de trabalho;

- caracterização como letivas de todas as atividades diretas com os alunos na sua componente curricular ou que constituam reforço desta, tais como apoio educativo, individual ou em grupo, apoio ao estudo, apoio pedagógico acrescido, salas de estudo, reforço curricular, programas de tutoria, coadjuvação docente em sala de aula, substituição de docente em falta, atividades de enriquecimento e de complemento curricular (nomeadamente as designadas por clubes), entre outras;

- atribuição aos agrupamentos da responsabilidade de promoção de atividades de enriquecimento curricular, cabendo-lhes distribuir o serviço pelos docentes;

- atribuição de um máximo de 3 níveis e/ou 5 turmas a cada professor;

- consideração inequívoca como tempo de trabalho do tempo de deslocação entre estabelecimentos – realidade cada vez mais comum, devido ao aumento do número de estabelecimentos que integram os agrupamentos.”

AGREGAÇÃO DE ESCOLAS CONCLUÍDA NO DIA DAS MENTIRAS

O Ministério da Educação e Ciência concluiu em 1 de abril o processo de agregação de escolas. De acordo com o explicitado no site do Governo, “foram homologadas 18 novas unidades orgânicas, baseadas nos seguintes princípios essenciais: reforçar o projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas (...); possibilitar aos alunos a realização de todo o percurso escolar no âmbito de um mesmo projeto educativo (...); facilitar o trabalho dos professores (...); ajudar a superar o isolamento de algumas escolas; racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais (...)”. Face a tal desfaçatez, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reitera que os mega-agrupamentos – eufemisticamente dignados pela Administração como “agregações” – são um escândalo pedagógico, uma irracionalidade educativa e um desastre organizativo, para além de motivarem um desemprego galopante. Fazemos esta avaliação com

base na recolha direta e contínua de elementos junto dos professores, das direções, de elementos dos conselhos gerais e transitórios, de autarcas e de estruturas representativas dos encarregados de educação.

Realidade não subscreve MEC

O estudo exaustivo que o SPN tem vindo a atualizar desde setembro de 2010 permite afirmar que, em contraponto à opinião do MEC, a realidade demonstra, entre outros aspetos:

- dificuldade de construção de projetos educativos aglutinadores de comunidades educativas diferentes;
- desaparecimento da relação de proximidade entre órgãos de gestão e comunidades educativas;
- diminuição do número de postos de trabalho;
- complexidade de comunicação e o aumento de conflitualidade;

- burocratização e morosidade de processos;
 - reforço do controlo e não da autonomia;
 - elevado número de pessoas por estrutura e sobrecarga de trabalho de coordenação;
 - dificuldade de ajustamento de horas/locais para reuniões e deslocações dispendiosas;
 - avaliação de docentes e não docentes dificultada;
 - grande diferença de metodologias e dinâmicas e desajustamentos na ação
 - sobrevalorização da gestão administrativa face à gestão pedagógica.
- Por tudo isto, o SPN mantém-se disponível para – junto das comunidades educativas que estão contra esta imposição unilateral e prepotente do MEC – apoiar a solicitação de impugnação das agregações e a interposição de meios cautelares adequados à suspensão dessas decisões.

ANO	MEGA-AGRUPAMENTOS CRIADOS		HORÁRIOS ELIMINADOS - SÓ COM AS AGREGAÇÕES (POSTOS DE TRABALHO)		COMUNIDADES EDUCATIVAS AFETADAS	
2010-2011		83 19		1.008 216	170 38	
2012 - 2013		150 67		1.800 804	314 138	
2013 (fev)	anunciados	67 17	previstos	804 204	142 35	
2013 (abril)	anunciados	18 2	previstos	216 24	37 4	
TOTAL À DATA		318 105		3.828 1.248	663 215	

A vermelho, números relativos à implantação geográfica do SPN – distritos de Aveiro (norte), Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real

EDUCADORES E PROFESSORES APOSENTADOS

SPN AVANÇA COM A CES PARA OS TRIBUNAIS

Os sócios interessados em ser representados pelo SPN devem contactar pessoalmente os serviços jurídicos do sindicato até ao próximo dia 21 de junho.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) decidiu intentar uma ação administrativa comum na defesa dos interesses e direitos legalmente protegidos dos seus associados aposentados.

Sem prejuízo do Acórdão n.º 187/2013, do Tribunal Constitucional, que veio declarar a inconstitucionalidade de algumas das medidas gravosas constantes na Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013, o SPN entende que o artigo 78.º é violador da Constituição da República, razão por que não pode deixar de recorrer aos tribunais administrativos, exercendo a prerrogativa de representação

dos seus associados visados por esta norma (educadores e professores aposentados), que impõe o pagamento da contribuição extraordinária de solidariedade (CES).

Mais do que o exercício deste direito de recurso à Justiça, está em causa o imperativo moral de empregar todos os esforços e meios legalmente disponíveis para travar esta justa batalha. Assim, todos os sócios aposentados, interessados em ser representados pelo SPN nesta ação, devem contactar pessoalmente os serviços jurídicos do sindicato até ao próximo dia 21 de junho, impreterivelmente.



FENPROF PROMOVEU ENCONTRO NACIONAL

No dia 18 de abril, realizou-se em Coimbra um Encontro Nacional de Docentes e Investigadores Aposentados, promovido pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para auscultar os docentes aposentados, conhecer os seus problemas e tentar responder às suas dúvidas.

A abrir o encontro, o secretário-geral, Mário Nogueira, referiu a sua necessidade, dada a situação atual, e propôs a reestruturação do departamento setorial a nível interno, de modo a criar massa crítica, a melhor poder resolver os problemas destes docentes e investigadores e a ser seu legítimo representante junto do Ministério das Finanças. De seguida, o economista Eugénio Rosa fez um bom levantamento da situação, quer dos professores já aposentados, quer dos que esperam a aposentação. Foi abordada a inconstitucionalidade de várias normas surgidas no Orçamento de Estado de 2013, sem se

terem conseguido compreender alguns dos critérios utilizados (caso da contribuição extraordinária de solidariedade) nem a facilidade com que o Governo mudou o subsídio de Natal para férias e vice versa, referindo ainda acerto de impostos quando a tabela de IRS para 2013 já está aprovada e é para todos e só a tem de aplicar ao subsídio de Natal. Os partidos políticos sofreram doenças súbitas e só o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda se fizeram representar. Entendem que o desemprego é a mãe de todos os problemas, porque não havendo emprego, não há descontos e a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social são descapitalizadas, prejudicando os próprios, os aposentados e as crianças. Duas linhas de força marcaram as intervenções partidárias: esta política não serve, tem de se fazer tudo ao contrário (BE); as pensões não são uma esmola, mas um direito (PCP).

UMA ESCOLA PÚBLICA PARA DAR FUTURO AO PAÍS

A Escola de que precisamos não é a que o governo PSD/CDS-PP quer. Os dois partidos negam, na prática governamental, muitos dos sinais que deram e dos compromissos que assumiram quando eram oposição. O logro é o contraponto entre estar na oposição ou no governo.

A Escola Pública é um fator de igualdade e um importante indicador de qualidade da democracia. Uma Escola Pública como a que os portugueses construíram – e apesar de todos os problemas que ainda apresenta – deve orgulhar-nos a todos: uma Escola que se abre a todas as diferenças e dificuldades, independentemente da sua natureza; uma Escola que continua a ser procurada e preferida pela generalidade das famílias; uma Escola que, reconhecidamente, consegue responder de forma positiva aos mais exigentes desafios da sociedade.

Muitas têm sido, no entanto, as tentativas de perverter princípios de uma Escola que, antes de mais, tem de ser democrática:

- a intenção de introduzir lógicas de elitização, como a distinção entre escolas consideradas de excelência e outras de nível supostamente menos elevado, esteve e está à vista nos propósitos anunciados e progressivamente concretizados por diversos responsáveis;

- a divulgação de *rankings* de resultados obtidos pelos alunos em exames nacionais promoveu algumas escolas, estigmatizou outras e serviu, em grande medida, para propagandear o ensino privado com uma inadmissível manipulação da realidade;

- projetos no sentido de financiar as escolas em função dos resultados obtidos, nomeadamente os resultados dos alunos (critério que esteve em cima da mesa até para avaliar os docentes), têm a óbvia intenção de distinguir as escolas por alegados patamares de qualidade, aprofundando as assimetrias.

Que Escola queremos para o futuro?

A resposta é, aparentemente, consensual: “Uma escola pública, democrática, inclusiva, de qualidade e gratuita”, como estabelece a Constituição da República Portuguesa (CRP). Contudo, as consequências de medidas que os governos tomaram ao longo dos anos têm sido muito negativas e contrárias à progressiva valorização do papel da Educação. Ainda assim, muito do que foram e são intenções de diversos governos e maiorias parlamentares acabou por ser derrotado e a Escola Pública – muito por força dos seus profissionais – continua a resistir, preservando a sua matriz democrática.

Mas não basta resistir para perder pouco. É necessário dar passos na construção de uma Escola de matriz democrática, virada para o futuro, que prepare as gerações jovens e que garanta um Portugal desenvolvido e de progresso. E esta não é, decididamente, a escola de Nuno Crato, Passos Coelho, Paulo Portas e Vítor Gaspar; não é a escola da troica e do corte de 4.000 milhões de euros nas funções sociais do Estado; não é a escola do PSD, do CDS e do governo que suportam – como se depreende de algumas intenções tornadas públicas:

- municipalizar, como confessa o protocolo assinado entre o MEC e a Câmara Municipal de Cascais, desde logo para permitir a “redução global dos custos do Ministério da Educação e Ciência com o ensino público obrigatório”;

- privatizar, recorrendo a diversos expedien-

tes: alterar os requisitos para a atribuição de turmas aos colégios; entregar competências aos municípios, que estes não conseguiriam satisfazer, sendo certo que muitos contratualizariam a gestão do sistema a empresas privadas; entregar diretamente a gestão de amplas áreas geográficas a entidades privadas;

- desvalorizar a Escola Pública, reservando as respostas de qualidade para um pequeno nicho público e, sobretudo, para os promotores privados.

As referências ao que se faz “lá fora” são insistentes. A Alemanha tem sido apresentada pelos governantes como exemplo a seguir – um sistema que, no entanto, merece fortes críticas, mesmo da OCDE, acusado de separar precocemente os alunos, empurrando muitos para um sistema dual com desigualdades acentuadas e suportado numa grande disponibilidade de financiamento por parte das empresas. Ainda assim, na Alemanha, a presença deste sistema tem recuado muito, mantendo expressão mais forte em estados mais conservadores, governados pela direita, como na Baviera.

A questão ideológica está na raiz da opção. Em Portugal, são indistiguíveis as razões por que as vias profissionalizantes parecem ganhar espaço – além da ideologia, o facto de os fundos comunitários poderem financiar, entre outros aspetos, o salário dos docentes.

Resolução sobre a ação reivindicativa aprovada no 11.º Congresso da FENPROF (excerto)

O SPN NOS ÓRGÃOS DA FENPROF

CONSELHO NACIONAL: Abel Macedo, Anabela Sousa, Berta Hernando, Carlos Midões, Carlos Silva, Carlos Taveira, Henrique Borges, João Baldaia, João Paulo Silva, Jorge Reis, José Augusto Cardoso, José Domingues, José Manuel Costa, Júlia Vale, Lurdes Veiga, Manuela Mendonça, Maria José Araújo, Mário Molinos, Pedro Oliveira, Rafael Tormenta, Vítor Gomes [a negrito, os eleitos para o Secretariado Nacional] Alice Susano, António Baldaia, Francisco Gonçalves, Maria José Costa, Teresa Maia Mendes (suplentes)

CONSELHO DE JURISDIÇÃO: Ana Aguiar (efetiva); Diniz Pinto, Rogério Ribeiro (suplentes)

CAMPANHA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA COMEÇOU NO PORTO

Uma caravana de esclarecimento e mobilização em torno da Escola Pública está a percorrer todos os distritos do país. Iniciativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), a campanha teve início no Porto (14 de maio) e terminará em Lisboa, no dia 6 de junho.

Em jeito de balanço, a Norte, destaque-se a participação das escolas e o reconhecimento das populações, comprovando que – apesar dos esforços do MEC/Governo em sentido contrário – a Escola Pública continua a ser uma realidade fundamental na vida dos portugueses e do país e a responder qualitativamente às exigências que lhe são colocadas. Defendê-la é, por isso, um dever de todos – para que todos (crianças, jovens e adultos) possam ter acesso a educação e ensino de qualidade e a um futuro melhor num mundo melhor.



Henrique Borges



DIÁ

Início da campanha, na Praça da Liberdade, onde também teve lugar uma conferência de imprensa com o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, e a coordenadora do SPN, Manuela Mendonça. À tarde, a caravana rumou à Póvoa de Varzim, onde, apesar do vento frio que se fez sentir, proporcionou um animado fim de tarde.

Participaram: escolas secundárias Gondomar e da Maia; agrupamentos Flávio Gonçalves, de Canidelo e grupo Gaitifarra.



Henrique Borges



Henrique Borges



Carlos Milões



Henrique Borges

15 D

Viana do Castelo e Valença foram os pontos de passagem da caravana. Os contactos com as populações marcaram a primeira etapa minhota, com muitas pessoas a subscreverem o postal em defesa da Escola Pública. Em Viana, a iniciativa teve lugar na Praça da República, enquanto em Valença, a caravana *estacionou* na feira.

Participaram: Escola Básica da Avenida e Instituto Politécnico de Viana do Castelo



Paulo Machado



Paulo Machado



Paulo Machado



Henrique Borges

16

Continuando no Minho, a chuva marcou presença, mas não impediu a caravana de animar as cidades de Braga (Praça da República) e Guimarães (Toural) com um diversificado programa de música, dança, teatro e desporto, além da divulgação de vários projetos escolares.

Participaram: agrupamentos André Soares, de Amares, de Briteiros, de Ínfias e João de Meira; Conservatório de Música Calouste Gulbenkian; escolas secundárias das Taipas, Francisco de Holanda e Sá de Miranda.



Paulo Machado



Paulo Machado



Henrique Borges



Paulo Machado

17D

A concluir a primeira semana da campanha, a caravana chegou a Trás-os-Montes, com paragens em Bragança (Praça Cavaleiro Ferreira) e Mirandela (Parque Império). A chuva reapareceu, mas não impediu a presença nas duas cidades de personalidades de diferentes setores, que fizeram declarações de apoio à Escola Pública.

Participaram: agrupamentos de Mirandela e de Vila Flor, Centro Escolar da Sé, Escola Profissional Agrícola de Carvalhais, Escola Secundária Emídio Garcia, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela – autarcas de Bragança, Miranda do Douro e Mirandela, as diretoras do Arquivo Distrital e do Teatro Municipal de Bragança e o presidente do Instituto Politécnico de Bragança participaram com testemunhos.



Paulo Machado



D20

Após o fim de semana, a caravana retomou a rota transmontana, com escalas em Vila Real (Praça do Município) e Chaves (Praça General Silveira), onde a animação foi constante. Registaram-se, também, várias intervenções e depoimentos de professores, encarregados de educação e personalidades da região.

Participaram: agrupamentos Araújo Correia, Diogo Cão e Morgado de Mateus e escolas secundárias Camilo Castelo Branco e de São Pedro.



Henrique Borges



Paulo Machado



Paulo Machado



Paulo Machado

D22

Já nas Beiras, e com um dia de intervalo (Viseu), a caravana regressou à geografia do SPN, em parceria com o Sindicato dos Professores da Região Centro (com que partilha o distrito de Aveiro). A iniciativa decorreu na Praça Marquês do Pombal.

Participaram: agrupamentos de Arouca, de Arrifana, da Feira e José Macedo Fragateiro; EB1 de Fundo de Vila e secundária Serafim Leite (além de outras abrangidas pelo SPRC).



Henrique Borges



A CRISE NA EDUCAÇÃO E O



A crise económica e financeira não deixou incólume o setor da Educação, verificando-se em muitos países uma acentuada degradação da situação profissional dos docentes e da qualidade da Escola Pública.

Os efeitos são bem visíveis em Portugal, com os sucessivos cortes a emagrecerem significativamente o investimento público na Educação – nos últimos dois anos, desceu de 5,7% do PIB para 3,9%, valor que nos faz recuar a 1989...

Em consequência, a deterioração da qualidade da educação pública é sentida a vários níveis: esvaziamento dos orçamentos de escolas e universidades, estreitamento do currículo, encerramento e fusão de escolas, interrupção de projetos de combate ao abandono e ao insucesso escolares, aumento do número de alunos por turma e da carga letiva dos professores, menos apoio a alunos com dificuldades, cortes na ação social escolar, redução drástica do número de professores...

Oficialmente, o desemprego aumentou 225% entre 2009-2011, e este ano, mais de 30.000 estão desempregados. Mas o ataque está longe de ter terminado: o governo admite poder vir ainda a dispensar entre 30 a 50 mil, número absurdo se tivermos em conta o universo de professores no sistema (à volta de 120 mil).

E os cortes orçamentais não são a única ameaça à Escola Pública em Portugal. O chamado “ajustamento das contas públicas” obedece a um ajuste de contas ideológico com a Educação democrática e o pensamento pedagógico desenvolvido após o 25 de Abril, com o regresso ao ensino elitista e segregacionista, a introdução de mais exames, a criação de vias de ensino subalternizadas e o agravamento das desigualdades entre alunos e entre

escolas – estas, transformadas em unidades sobredimensionadas, desumanizadas e pedagogicamente ingovernáveis.

A ofensiva antidemocrática ganha expressão com a crise, vindo nela uma oportunidade de reverter tanto quanto possível os direitos e as conquistas sociais. E em Portugal é cada vez mais claro que a crise está a ser usada pelos governos para levarem a cabo profundas reformas de cariz neoliberal.

De facto, as ditas “medidas de austeridade” mais não são do que a recuperação da agenda reformadora dos anos 80 – uma agenda que promove as leis do mercado em detrimento da equidade e solidariedade, agravando a desigualdade social, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão; que desresponsabiliza o Estado de funções sociais, desqualificando os serviços públicos e promovendo a sua privatização; que ataca os mais elementares direitos dos trabalhadores e as organizações que os representam... Urge, por isso, combater e corrigir esta agenda política. E neste contexto, a ação coletiva e a luta sindical ganham uma importância acrescida. Enquanto expressão organizada dos interesses dos trabalhadores, os sindicatos têm de ser protagonistas centrais da resistência a esta ofensiva. E têm sido.

Mas a resposta sindical enfrenta hoje condições mais adversas, decorrentes da alteração do Direito do Trabalho e, sobretudo, do aumento do desemprego e da dualização do mercado de trabalho entre trabalhadores estáveis e precários, do setor público e do privado, empregados e desempregados, dificultando a agregação de interesses, a ação coletiva e o desenvolvimento de solidariedades inerentes.

NECESSÁRIO COMBATE SINDICAL



Ana Alvim

No entanto, apesar dessas dificuldades, os sindicatos continuam a ter um papel fundamental na valorização do trabalho, na defesa da negociação coletiva – o mais eficaz instrumento de distribuição da riqueza – e no combate por um mundo mais justo, projetado para o bem-estar de todos.

Por isso, os sindicatos são hoje mais importantes do que nunca. Mas têm de ser capazes de refletir sobre as transformações em curso e de se adaptar às novas realidades. As ações devem ser proporcionais aos resultados que delas se esperam, evitando a rotinização e o ativismo estéril de lutas sucessivas com reduzida participação. Por outro lado, o reforço da eficácia da ação sindical passa por uma efetiva renovação: cultural e geracional; de política reivindicativa e formas de luta; de organização e funcionamento interno, reforçando regras democráticas na tomada de decisão e atraindo maior participação dos jovens.

A dimensão dos ataques que enfrentamos exige, ainda, que sejamos capazes de contribuir para ampliar e articular o campo das resistências sociais.

O que podemos fazer para mudar as perceções da opinião pública, para consensualizar análises e propostas alternativas, para construir alianças e coligações sustentadas em denominadores comuns com que todos possam identificar-se? Como pode o movimento sindical relacionar-se com outros, alguns sem estrutura organizada, desconfiados face às instituições políticas e, por vezes, aos próprios sindicatos? Como fazer para que a crise da democracia representativa resulte no aprofundamento da democracia e não ao contrário? Como reverter o rumo de empobrecimento para o

qual estão a ser empurrados cada vez mais países? Num contexto em que as decisões são determinadas a nível transnacional, como pode o movimento sindical contribuir para a construção de uma resposta à escala global?

O Comité Sindical Europeu de Educação definiu como prioridades mostrar o impacto da crise na educação e o combate às tendências de privatização, nomeadamente através de alianças com outros parceiros e do desenvolvimento de uma campanha dirigida aos eurodeputados, aquando das eleições do próximo ano. Está prevista, também, uma iniciativa mediática, a realizar em vários países, no próximo Dia Mundial do Professor (5 de outubro).

De referir, também, o *Alter Summit*, que surgiu na sequência dos fóruns sociais e constitui uma ampla plataforma europeia que junta já mais de 140 organizações, entre as quais a Fenprof e a CGTP-IN. Esta *cimeira alternativa* tem como objetivo a construção de um contraprojeto europeu, estando a concluir o manifesto “Reverter a Austeridade, Antes que a Austeridade Destrua a Democracia” – entre 7 e 9 de junho, vai realizar em Atenas uma iniciativa em defesa da democracia, contra as imposições da troika e o domínio dos mercados financeiros.

Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

[adaptado da intervenção de abertura do seminário internacional que decorreu em Lisboa, no âmbito do 11º Congresso da FENPROF]

Uruguiaio, professor, sindicalista, Fernando Rodal é o presidente da Confederação de Educadores Americanos. Nessa condição, preside também ao Foro Por La Educación En Iberoamerica, que reuniu recentemente em Lisboa. Esta conversa foi registada durante o congresso da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), onde apresentou o quadro das movimentações políticas que se operam em muitos países da América Latina, com destaque para as soluções progressistas encontradas em vários deles, que enfatizam o papel da Educação no desenvolvimento e no futuro da humanidade.

O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO DA ATIVIDADE SINDICAL É MUITO IMPORTANTE

Este não é o primeiro congresso da Fenprof a que assistes. Que perceção tens da situação da educação em Portugal e da atuação dos sindicatos?

Eu acho que a luta da Fenprof se mantém, mas, sem dúvida, o impacto da crise faz com que os sindicatos estejam mais alerta. A conjuntura fala muito da necessidade de unidade, e aí a gente começa a deixar de lado as coisas mais pequenas e a tomar consciência da necessidade de

falar do que verdadeiramente importa. Isto acontece na vida humana, não só na Fenprof.

Nós devemos ter sempre a clareza de perceber qual é o principal obstáculo, qual é a principal situação a superar. E parece que a natureza humana, quando a vida fica mais tranquila, perde um pouco a consciência da verdadeira dimensão do problema. Então, como resumo, eu penso que a Fenprof está a elevar o nível de luta e a consciência da necessidade de unidade – não

só interna, mas de todos os trabalhadores – para enfrentar a conjuntura e ir para a frente.

A crise e a consciência das dificuldades que ela coloca fortalecem o espírito e a capacidade dos sindicatos?

Quando é colocado frente a uma dificuldade, o ser humano tem dois caminhos: ou se deixa dominar e é vencido, ou vai para a frente, utiliza a inteligência e procura juntar forças; busca formas de luta mais engenhosas,

mais fortes, que lhe permitam ter sucesso.

Acho que neste aspeto a Fenprof tem uma posição privilegiada, porque é uma federação de sindicatos com um cúmulo de luta muito importante e com muitos êxitos na unidade dos professores. E parece-me que hoje tem a perspetiva do mundo do trabalho como um todo e a consciência clara da necessidade de avançar por um caminho mais amplo, de unidade com os outros trabalhadores.



JORGE CARIA

Defendemos que os sindicatos têm hoje redobrada importância. Mas também há quem considere que já não fazem sentido, que precisam de se refundar ou reorganizar. Este é efetivamente o tempo dos sindicatos, ou eles são naturezas já quase mortas?

Os sindicatos têm uma série de desafios, não só colocados pela crise, mas também na própria vida sindical. Um deles é – sempre foi – o grande debate: quem é e quem não é vanguarda; quem tem a verdade revelada e quem não tem; como é o exercício do poder... Eu sempre me preocupei muito com essa parte da vida sindical – o exercício do poder, se é exercido de forma democrática ou de forma vertical e burocrática. Para mim, não são apenas palavras; é uma coisa muito complicada e muito séria.

É uma fronteira difícil...

Muito difícil, porque uma coisa é o discurso e outra é a prática. É necessário fazer uma autocrítica, para se perceber se o discurso tem a ver com a prática ou se a prática se distancia do discurso. Porque quando o discurso e a

prática se divorciam, acontece uma rutura com a realidade, com os próprios trabalhadores, e aí não adianta dizer uma coisa ou outra. Volto a dizer: o exercício democrático do poder sindical, da tarefa sindical, é muito importante. E é um problema sempre presente. A esquerda, sobretudo, tem uma tendência para discutir quem é vanguarda e quem não é, quem tem a verdade e quem não tem... Mas, no fundo, o que a esquerda e os sindicatos devem ter como princípio fundamental é a natureza das necessidades da classe trabalhadora, que são muito concretas: melhoria no emprego, melhoria no salário, melhoria na sua capacidade laboral... Ou seja, os sindicatos devem ter uma visão próxima e claramente sustentada da realidade objetiva.

Claro que tem de haver elementos subjetivos, a utopia para alcançar, o imaginário da natureza humana que almeja um mundo melhor... Tudo isso é necessário, mas se não estabelecermos comunicação com a realidade concreta, objetiva, vamos fracassar. Porque não temos como fazer com que as massas aceitem

as nossas propostas e as façam suas. A única arma poderosa de que dispomos é o exercício da ação sindical em sintonia com as necessidades dos trabalhadores; trabalhar com eles, porque somos parte deles.

Se percebi, entendes que os sindicatos não devem pretender ser a vanguarda, antes uma emanção dos anseios dos trabalhadores, embora com capacidade utópica de pensar mais além...

Exatamente, uma dupla tarefa! Eduardo Galeano diz que a utopia nunca se vai alcançar, é a sua natureza, mas que serve para caminhar... Então, eu penso que os sindicatos têm de ter pensamento utópico, porque isso é necessário para caminhar, mas sempre com a noção da realidade, sempre atendendo às necessidades das pessoas. Se essa articulação for bem feita, não tenho dúvida de que os sindicatos têm futuro.

Ou seja, tem de haver adequação entre a capacidade de perspetivar e a capacidade de agir coletivamente.

Se não, corremos o risco de nos aproximarmos da utopia e nos distanciarmos das pessoas...

Aí estaríamos a transformar a caminhada sindical numa utopia negativa. E quando a utopia se torna negativa, quando não caminha com a massa, porque é uma coisa pessoal, ou de um coletivo muito pequeno que fala em nome da massa, isso é muito perigoso. É uma questão de equilíbrio, que tem de se encontrar no dia a dia, na prática objetiva.

Às vezes, mesmo os sindicalizados parecem descrentes das possibilidades da iniciativa sindical: “isso não adianta nada, o sindicato tem de inventar coisas novas”... Inventar o quê?

Nós vivemos numa sociedade capitalista, e as regras não mudaram: para haver melhorias, a força do trabalho tem de enfrentar a força do capital. Por isso, a luta sindical continua sendo a mesma. Mas o desafio aumenta...

Eu acho que o sistema vai mudar. Mas não digo para onde vai, como se fosse um religioso, um papa... Isso para mim não



JORGE CARIA

existe. Mas existe a caminhada em busca de um rumo mais justo, mais solidário e que possa alterar as relações sociais. Essa caminhada existe, mas tem de ser feita com mente aberta e ao lado das pessoas, não a pairar por cima da gente.

Na tua opinião, os sindicatos devem utilizar o posicionamento ideológico como uma marca, ou a ideologia deve ser apenas um substrato? Em todo o lado há gente mais à esquerda e mais à direita, que pode sentir-se rejeitada...

Há que ter muito cuidado, porque ninguém tem a verdade na mão. Esta é a minha visão. A par das ideias próprias, eu tenho de ter abertura para ouvir outro companheiro e tentar encontrar algum ponto em comum. Mas quando falo em ter ideias claras, não falo de ter a verdade única – isso é um erro tático e estratégico enorme; quando falo em ter uma visão clara, é para partilhar, para ir ao encontro dos outros...

Perceber o outro lado e aceitá-lo...

Para tentar construir pontes. Se alguém me diz que é isto ou aquilo, eu pergunto: mas defendes a escola pública? Sim. Vais lutar para melhorar os salários dos trabalhadores da Educação? Sim. Vais valorizar a carreira dos docentes? Sim. OK, então vamos conversar. Se dizemos que somos comunistas, socialistas, social democratas de esquerda, blá-blá-blá... vamos ficar dependentes. Há gente que é independente de partidos, mas que tem claro que a educação pública é muito importante. Então, vamos juntos. Posso estar errado, mas a lição que a história nos dá é que a fragmentação dos trabalhadores só serve para quem quer controlá-los. Então, a minha ideia não é que alguém renuncie às suas posições, mas que partamos em busca de pontos comuns para lutar por coisas concretas da vida das pessoas.

Coloquei a questão, porque em Portugal, de alguma

forma, os sindicatos ainda têm conotações partidárias, ainda são vistos por muitos como extensões dos partidos.

Eu sei, cada um alinhado com um partido diferente. Mas, na minha opinião, ninguém tem a capacidade de representar toda a gente. Há que ser um pouco mais humilde, e se temos aí uma situação complexa, temos de aceitar essa realidade. Não significa que devemos renunciar a alguma coisa, é simplesmente aceitar a realidade. Se não, vamos ficar isolados e a gente que temos de enfrentar fica de sorriso na cara, porque não tem de fazer nada – nós fazemos tudo.

Uma das estratégias que um trabalhador em representação sindical com visão de futuro deve ter é procurar a unidade, que muitos interpretam mal. Unidade não é tu vires comigo, e então somos unitários. Unidade é na diversidade de todos – os que lutam pela educação pública, por exemplo. E há que ter capacidade de negociação justa e transparente – eu não peço

a ninguém que renuncie à sua posição, mas que a partilhe no coletivo, e depois faremos a síntese em conjunto. Essa é a ideia.

Olhando agora para a América Latina: qual é o estado da educação?

Comparativamente à década de '90, a situação está muito melhor, mas ainda com muitos desafios pela frente. Ainda há um grande caminho a percorrer, porque – é preciso lembrar – a situação anterior era muito ruim. Se olharmos para o investimento, vemos que há um crescimento. Mas é suficiente? Não! Os trabalhadores ganham o suficiente para viver com dignidade? Ainda não! Então, a luta deve continuar – com a consciência de que houve uma melhoria, mas que ainda não é suficiente.

E essa luta é desenvolvida isoladamente ou com outros setores?

Eu acho que um dos erros do movimento sindical, em geral, é não construir a luta com uma



JORGE CARIA

visão geral. Eu quero é a minha parte do bolo; se o resto dos setores ficam bem, não importa... Quando se faz esse tipo de ação sindical, corporativa, está-se a trabalhar contra a maioria da classe trabalhadora e contra o próprio desenvolvimento do país. Tem de haver sempre uma visão global. Quando se estabelece um objetivo, é muito importante ter clara a demanda geral da população, inclusive para a negociação. Se há pessoas que nem sequer têm dinheiro para combater a fome, isso tem de ser tomado em consideração...

A Escola, nomeadamente a Escola Pública, tem a particularidade de refletir em si todas as realidades...

Todas juntas... É onde vão os filhos de todo o mundo: mecânico, padeiro, industrial... A

Escola é o reflexo da sociedade inteira. E para nós, isso deveria ser uma boa lição para termos uma ação muito mais efetiva.

E ao acolher e trabalhar com todos, assume uma função democratizadora...

Sem dúvida. Em última instância, a educação é para libertar o ser humano. E nós somos mais livres quando temos conhecimento e o podemos partilhar – porque a verdadeira democracia é quando recebemos o conhecimento e o coletivizamos. Se não, o conhecimento torna-se fonte de poder: eu tenho este conhecimento, mas não o passo a ninguém, porque assim vão ter de vir até mim e eu posso manejar isso como arma de poder. Estas coisas também têm que fazer parte do debate da classe trabalhadora, dos sindicatos. Porque ninguém

é puro: todos fomos educados numa sociedade capitalista e, desde que nascemos, todos vivemos, compramos, lutamos, dentro desta estrutura. Temos de ter a humildade de reconhecer que o problema não é sempre do outro – nós também fazemos parte do problema.

Isso dá à profissão docente uma importante dimensão política, pelo seu papel transformador da sociedade. Se não tiver consciência desse papel, se não o assumir, o professor acaba reduzido a uma expressão funcional...

Exato. É apenas mais uma peça do sistema, mais um burocrata, alguém que não tem mais aspirações do que sobreviver, e ponto. Já a emoção, a utopia transformadora de que falávamos, tudo isso se perde. Tem de

haver equilíbrio entre subjetividade (a emoção) e materialidade – e a democracia é a única ponte para isso.

Para terminar: em Portugal usa-se a expressão “dar aulas”: dou aulas na escola tal, vou dar aula à turma X. O que não se ouve é, como tu dizias, “vou partilhar conhecimento”, “vou ajudar a crescer”...

Porque esta é a sociedade em que vivemos e fomos educados: “eu dou o conhecimento e você me dá grana”. Funciona assim. E eu não nego, porque é parte da luta – mas se não formos mais do que isso, então somos apenas peças perfeitas da engrenagem. É assim...

António Baldaia

SOB O SIGNO DOS 30 ANOS



2012 foi o ano do 30º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte, e muita da atividade que o sindicato desenvolveu foi enquadrada no programa das comemorações, um programa que evidenciou a reflexão e a ação como apanágio da forma de ser SPN.

Promovemos um conjunto diversificado de iniciativas, de âmbito regional, distrital ou local, nomeadamente: seminários sobre questões educativas; tertúlias sobre temas transversais; encontros de professores; múltiplas visitas e reuniões em escolas (*Dia do SPN na Escola*); projeção de filmes seguida de debates; exposições e espetáculos musicais; separata sobre educação e sindicalismo publicada em cada um dos seis números da SPN-INFORMAÇÃO; debate sobre sindicalismo e associativismo docente, co-organizado com a *Página da Educação* (que comemorou o seu 20º aniversário);

e, talvez as mais marcantes, a edição de uma fotobiografia dos 30 anos de atividade e a criação do Hino do Sindicato dos Professores do Norte, da autoria de Paulo Sucena / Carlos Taveira (letra / música).

Com estas iniciativas, procurámos evidenciar e reafirmar os princípios que nortearam o aparecimento do SPN, mas também problematizar os novos e grandes desafios que hoje se colocam ao sindicalismo docente, nomeadamente a necessidade de uma ação sindical consequente, de mobilização dos professores contra a insustentável situação criada pelas políticas austeritárias resultantes do memorando de entendimento com a trióica e da agenda social do Governo, que fizeram de 2012 um ano particularmente difícil para os portugueses e, como tal, para os professores e para a Educação. Em 2012, o Governo continuou, no pretensu papel de bom aluno,

a aplicar diligentemente a receita neoliberal de resposta à crise: redução dos salários e das pensões e prestações sociais, retirada de direitos adquiridos, privatizações e, globalmente, enfraquecimento do Estado Social.

Na Educação, foram impostos mais cortes nos orçamentos para as escolas e universidades. O ministro Nuno Crato capitulou face ao Ministério das Finanças, deixando sobrepor-se às preocupações com a equidade e a qualidade do sistema de ensino uma significativa redução do número de professores, com intuítos meramente economicistas. Para isso contribuíram a criação de novos mega-agrupamentos, o encerramento de cursos no Ensino Superior, alterações curriculares nos ensinos Básico e Secundário, o aumento do número de alunos por turma... Entre outras medidas que levaram a níveis absurdos de desemprego docente.

A gravidade da situação obrigou

a várias ações de protesto e de luta, com expressiva participação dos professores do Norte em várias iniciativas, nomeadamente na manifestação nacional de 12 de julho, em Lisboa, e na Marcha Contra o Desemprego (CGTP-IN), no dia 5 de outubro, em Braga. Destacam-se, ainda, várias manifestações e duas greves gerais – a de 14 de novembro, integrada numa jornada europeia de luta. O SPN continua a centrar a sua ação nas escolas e na proximidade com os educadores e professores. Hoje, no entanto, este trabalho decisivo faz-se em condições particularmente difíceis, fruto da ofensiva desencadeada contra o movimento sindical docente, que reduziu significativamente o número de quadros sindicais com dispensa da componente letiva.

Ainda assim, foram realizadas muitas reuniões sindicais e outras atividades de ligação aos professores.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012

CUSTOS		PROVEITOS	
Trabalhos especializados	183 633,10	QUOTIZAÇÃO	2 481 361,60
Publicidade e propaganda	538,25	FUNDOS DIVERSOS	1 585 412,77
Honorários	160 055,09	INDIVIDUAIS	158 402,31
Conservação e reparação	43 415,65	TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS	737 546,52
Livros e documentação	440,95		
Material escritório / diverso	18 305,17	JUROS DEPÓSITOS A PRAZO	4 568,41
Artigos para oferta	185,00		
Energias e fluídos	46 117,54		
Deslocações e estadas	158 614,86		
Transporte pessoal	742,59		
Transporte mercadorias	1 410,70		
Rendas e alugueres	33 062,56		
Comunicações	161 155,55		
Seguros	11 000,92		
Contencioso e notariado	2 482,47		
Despesas de representação	3 190,30		
Limpeza, higiene e conforto	12 012,83		
Outros serviços	85 857,82		
Remunerações com pessoal	901 638,70		
Encargos sobre remunerações	181 096,96		
Outros gastos com o pessoal	7 260,13		
Gastos depreciação e amortização	61 949,37		
Impostos e taxas	15 107,21		
Quotizações	379 662,25		
Gastos e perdas de financiamento (juros)	5 038,10		
TOTAL DE CUSTOS	2 473 974,07	TOTAL DE PROVEITOS	2 485 930,01
RESULTADO LÍQUIDOS	11 955,94		

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO		CAPITAL PRÓPRIO	
IMOBILIZADO		RESULTADOS TRANSITADOS	
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 429 404,37	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11 955,94
Edifícios	2 679 239,64	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2 557 648,48
Equipamento básico	433 254,28		
Equipamento transporte	92 825,76		
Equipamento administrativo	224 084,69		
ACTIVOS INTANGÍVEIS	32 610,17		
Programas computador	32 610,17		
AMORT. E DEPREC. ACUMULADAS	-1 304 306,09		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	8 036,95		
DÍVIDAS DE TERCEIROS	94 396,81	PASSIVO	
Fornecedores	39,07	DÍVIDAS A TERCEIROS	277 785,84
Norgrupo	88 577,75	Sedes	179 202,54
Adt concedidos	2 742,87	Adt dirigentes/areas sindicais	6 436,15
Estado	1 142,12	Fornecedores	14 137,16
SPGL	20,00	Sector público estatal	47 692,87
USP	1 550,00	Cesnorte	365,88
FNE	325,00	Sócios turismo	972,03
		Fenprof	27 482,29
		Advogados	1496,92
OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS	13 051,60		
Profedções	4 500,00	Acréscimos e diferimentos	7 549,79
SIC	3 411,60	Total do passivo	285 335,63
Cooperativa Alavanca	5 140,00		
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA	569 790,30		
Depósitos a prazo	324 993,89		
Depósitos a ordem	232 026,92		
Caixa	12 769,49		
TOTAL DO ATIVO	2 842 984,11	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2 842 984,11

PARECER DO CFJ

O Conselho Fiscal e de Jurisdição do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) apreciou o Relatório de Atividades e Contas relativo a 2012, tendo emitido o seguinte parecer:

- a ação sindical foi ajustada e dinâmica no sentido de dar resposta aos problemas que se colocaram às escolas, aos professores e aos trabalhadores em geral;
- congratulamo-nos com o resultado líquido positivo das contas, resultante do esforço feito pela Direção no sentido de tornar viável a atividade sindical;
- há que ter em conta que esse resultado se deve à diminuição das despesas e não ao aumento das receitas – entende este CFJ que é necessário fazer uma análise exaustiva no sentido de arranjar soluções para tornar a estrutura do SPN viável e funcional, visto as receitas terem vindo a diminuir significativamente;

- não podemos deixar de referir as comemorações do 30º aniversário do SPN, nomeadamente a edição da fotobiografia e a criação do hino.

Os cortes orçamentais em 2012 reduziram o investimento na Educação para 3,8% do PIB, colocando Portugal na cauda da Europa. Face à gravidade da situação, o CFJ sublinha a importância das várias ações de luta, nomeadamente as diversas manifestações realizadas. Apesar das dificuldades sentidas na gestão de recursos humanos próprios, devido à redução do número de quadros sindicais, o SPN deu continuidade ao trabalho centrado nas escolas e nos professores, reforçando o seu papel junto dos professores e dos estabelecimentos de ensino.

Face ao exposto, o CFJ recomendou à Assembleia-Geral do SPN a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2012.

ÍNDICE 245/272: DECISÕES FAVORÁVEIS

“(...) o artigo 7º, nº2, alínea a), fez transitar para o índice 272 os professores titulares que estivessem posicionados no índice 245 há mais de 4 anos mas há menos de 5 e apresentassem determinadas avaliações de desempenho, logo com a entrada em vigor da lei (24 de julho de 2010). Assim, não é legalmente admitido que os professores titulares posicionados precisamente no mesmo índice 245 e exactamente com as mesmas condições legalmente definidas em termos de avaliação de desempenho, mas sendo mais antigos no escalão remuneratório, passem, com a nova lei, a ficar num escalão remuneratório mais baixo. Deverão ser reposicionados, pelo menos, no mesmo escalão 272 (...)” – Acórdão nº 239/2013 do Tribunal Constitucional

A decisão citada foi tomada na sequência de um pedido de declaração de inconstitucionalidade apresentado pelo Provedor de Justiça junto do Tribunal Constitucional (TC). Trata-se de um pedido que – afirma a própria Provedoria de Justiça – teve na sua origem inúmeras queixas junto deste órgão. Ao desencadear o processo que conduziu a esta decisão do TC, o Provedor de Justiça deu, uma vez mais, um contributo decisivo para a reparação de uma situação manifestamente ilegal – inconstitucional, no entendimento da Provedoria que eu partilho. Os factos reportam-se a junho de 2010, concretamente à entrada

em vigor do DL75/2010, de 23 de junho. Este diploma veio alterar o Estatuto da Carreira Docente, alterando igualmente a estrutura de carreira e a duração dos respetivos escalões, entre outros aspetos. Ao fazê-lo consagrou normas transitórias, cuja função seria assegurar uma justa transição dos docentes para a nova estrutura de carreira.

Na prática, o que se verificou, foi a criação de uma situação que só se afigurou normal ao Ministério da Educação (MEC), dado o facto de não ter considerado qualquer anormalidade na ultrapassagem remuneratória de docentes com 4 anos de permanência no escalão 245 a docentes com mais de 5

anos de permanência no mesmo índice salarial. O argumento então utilizado foi de que estes docentes (ultrapassados) estavam abrangidos por uma disposição transitória mais favorável, que lhes permitia aceder ao índice 299 assim que completassem 6 anos de permanência no 245. Facto que nunca aconteceu por força da entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2011, cuja interrupção da contagem do tempo de serviço impediu a concretização do requisito em apreço.

Os sindicatos da Fenprof recorreram à via judicial por considerarem que este cenário contraria

o ordenamento jurídico e colide frontalmente com o princípio constante do artigo 59º, nº 1, alínea a) da Constituição da República Portuguesa (“trabalho igual, salário igual”), norma que consagra para os trabalhadores o princípio de igualdade geral contido no artigo 13º da Lei Fundamental.

Das ações intentadas são conhecidas duas decisões de primeira instância, ambas favoráveis à justa pretensão dos docentes colocados nesta situação. Uma, proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, transitou em julgado, estando a aguardar decisão de um recurso interposto pelo MEC, que tenta desta forma



impedir a reposição da justiça e da legalidade devidas.

Note-se que a decisão tomada neste processo em representação de um conjunto de associados do SPN consagra um entendimento mais favorável do que aquele que o TC agora deliberou. Sem prejuízo de continuarmos a insistir nestas ações judiciais, ao MEC impõe-se agora a obrigatoriedade de dar cumprimento à decisão do TC.

Pessoalmente, congratulo-me com a decisão, pois tive oportunidade de participar nesta luta jurídica desde o seu início, vendo com muito agrado o fim merecido para os docentes ultrapassados. Ainda a este propósito deixo aqui

um lembrete, para lesados e para quem mais aprover: estando em causa o pagamento de diferenças salariais, convém que o Estado, através do MEC, não esqueça o pagamento dos juros legalmente devidos desde a data em que os montantes deveriam ter sido pagos – na situação descrita, a partir de julho de 2010, mês seguinte ao da entrada em vigor do DL75/2010.

Esta é hoje uma matéria sem controvérsia na jurisprudência nacional, sendo o pagamento destes juros a única forma de garantir a reposição da situação legalmente devida, sem qualquer prejuízo para os docentes lesados. O Supremo Tribunal Admi-

nistrativo, em Acórdão datado de 16/11/2011 não pode ser mais claro a este propósito: “Estando em causa a prestação de quantias pecuniárias, essa execução passa não só pelo pagamento dos montantes devidos como pelo pagamento dos juros moratórios que lhe correspondem, visto só dessa maneira se garantir que o acto violador da legalidade não deixa rastro. Juros esses que são devidos desde o momento em que as diferenças salariais a que o Exequente tem direito deveriam ter sido pagas.”

Espero, por último, que quem nos governa e administra não repita o disparate de onerar o TC por mais uma decisão que repõe legalidade

e justiça. O TC tem o escopo de defender e proteger a Constituição e, ao fazê-lo está, em última instância, a defender o Estado de Direito e os seus cidadãos. O TC não tem de se ajeitar às decisões ilegais e às leis que violem a Constituição. Pelo contrário, é quem nos governa, como quem legisla, que deve obediência rigorosa ao conteúdo da Lei Fundamental que jurou respeitar.

José Miguel Pinho
advogado SPN

[agenda]

MAIO

25. “Todos a Belém, Mudança de Governo e de Política” – concentração frente ao Palácio de Belém. CGTP, Lisboa

14-21. Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública. Fenprof, em várias cidades da região Norte (até 6 de junho no resto do país)

10. Ofício ao Secretário de Estado da Administração Pública, exigindo que qualquer alteração ao ECD resulte de negociação direta com os sindicatos de professores. Fenprof

10. Ação de protesto de reformados, pensionistas e idosos. USP, Porto

10. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

09. Reunião Fenprof/Secretário de Estado do Ensino Superior. Lisboa

08. Conferência de Imprensa sobre mobilidade especial. Fenprof, Lisboa

07. Comunicado de Imprensa sobre exames do 4º ano. Fenprof

06. Reunião Frente Comum/Governo. FCSAP, Lisboa

06. Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais frente ao Ministério das Finanças. FCSAP, Lisboa

06. Conferência de Organização da CPLP-SE. Lisboa

03-04. 11º Congresso Nacional dos Professores, “Afirmar a Escola Pública. Valorizar os Professores. Dar Futuro ao País”. Fenprof, Lisboa

02. Seminário Internacional “Os efeitos da crise na Educação e o necessário combate sindical” (presentes 36 organizações de 22 países de todo o mundo). Fenprof, Lisboa

01. Comemorações do Dia Mundial do Trabalhador. Várias cidades

ABRIL

30. Secretariado Nacional da FCSAP. Lisboa

29. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

25. Comemorações Populares do 25 de Abril. Várias cidades

24. Conferência de Imprensa sobre abertura dos concursos. Fenprof, Coimbra

23-24. Reunião Fenprof/MEC sobre a prova de avaliação de competências e conhecimento. Lisboa

23. SPN monta gabinete de apoio aos concursos – até 7 de maio. (todas as delegações)

22. Reunião Fenprof/Secretário de Estado das Comunidades Educativas/Presidente do Instituto Camões, sobre o Ensino Português no Estrangeiro. Lisboa

20. “Continuar Abril”. Encontro de Reformados e Aposentados, SPN/CGTP, Porto

19. Fórum em Defesa dos Funções Sociais do Estado. CGTP, Covilhã

18. Encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados e Reformados. Fenprof, Coimbra

17. Reunião Fenprof/MEC: do-

centes sem componente letiva; calendário escolar e organização do ano letivo 2013-2014; Educação Especial e Ensino Particular e Cooperativo. Lisboa

16. Comissão Executiva do SPN. Porto

16. Reunião Fenprof/DGAE. Lisboa

16. Reunião Fenprof/Partido Socialista. Lisboa.

13. Comunicado de Imprensa. Fenprof denuncia sucessivos simulacros de negociação resultantes das reuniões com o MEC

12. Edição online do SUP Notícias, jornal digital do Ensino Superior. Fenprof

11. Comunicado de Imprensa. Fenprof toma posição crítica sobre a publicação dos resultados do concurso extraordinário

10. Comunicado de Imprensa. Fenprof manifesta-se contra os exames do 4º ano

09-13. “Tolerância Zero para com o Governo e a sua política”. Semana de mobilização dos professores, com realização de centenas de reuniões de escola/agrupamento em todo o Norte

06-13. “Mudar de política e de governo”. Marcha contra o empobrecimento. CGTP, várias cidades

06. Conselho Nacional da Fenprof. Lisboa

04-05. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

04. Reunião de delegados e dirigentes da Distrital do SPN/Porto

03. Comunicado de Imprensa.

Fenprof revela-se contra imposição de novos mega agrupamentos. Lisboa

02. “A Educação e os imperativos constitucionais”. Debate a propósito do 37º aniversário da Constituição da República Portuguesa. Fenprof, Lisboa

MARÇO

27. Corpos Gerentes do SPN. Porto

27. Plenário da Assembleia da República analisa a petição “Em defesa da Educação e contra os cortes no setor”. Fenprof, Lisboa

27. Manifestação do Dia Nacional da Juventude. Interjovem, Lisboa

23. Debate sobre o Ensino Superior Politécnico. Fenprof, Lisboa

20-22. Reunião Fenprof/MEC sobre revisão dos quadros de zona pedagógica. Lisboa

19-26. Semana de luta de reformados e pensionistas. Inter-Reformados

14. Edição online do SUP Notícias. Fenprof

13. Reunião Fenprof/PSD. Lisboa

12. Reunião Fenprof/CDS-PP. Lisboa

07. Reunião Fenprof/Comissão Permanente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Lisboa

MOÇÃO APROVADA NA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA

“Os professores da Escola Secundária Francisco de Holanda, de Guimarães, reunidos em plenário [08.05.2013], tomando em consideração as políticas deste Governo e do Ministério da Educação, nomeadamente:

1. o esgotamento e empobrecimento da Escola Pública através de turmas sobrelotadas, dificultando inaceitavelmente o trabalho pedagógico com os alunos, prejudicando particularmente aqueles com mais dificuldades e desvantagens sociais;

2. o horário de trabalho letivo dos professores, de 22 horas, contadas ao minuto, a que se somam mais 13 horas não letivas, num montante total de 35 horas semanais, mas manifestamente abaixo do trabalho efetivamente realizado, sem qualquer direito a horas extraordinárias;

3. o número crescente de turmas e alunos por professor, alcançando cerca de 150 alunos num grande número de casos e, noutros, podendo chegar aos 200;

4. a diminuição de horas de trabalho para que os professores possam relacionar-se diretamente com as famílias dos seus alunos, condição essencial do sucesso educativo das crianças e jovens;

5. o completo congelamento das carreiras e progressões profissionais, há pelo menos seis anos, eliminando desse modo qualquer estímulo ao desenvolvimento profissional;

6. a redução acentuada dos salários, diminuindo as condições básicas de atualização e digni-

dade profissional, bem como da qualidade de vida das suas famílias;

7. e, como é do conhecimento público, a recente proposta de Governo de despedir todos os professores colocados em situação de horário zero, que se estima possam ser mais de quinze mil (não por falta de alunos ou tarefas educativas essenciais às escolas e ao país, mas, bem pelo contrário, por uma sobrecarga pedagógicamente absurda do número de alunos e tarefas a desenvolver pelos professores), bem assim como a proposta de aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas, o que conduzirá inevitavelmente à degradação das condições mínimas das tarefas pedagógicas a realizar com os alunos;

Deliberaram:

1. Rejeitar em absoluto o aumento do horário de trabalho dos professores para as 40 horas semanais, não porque se discorde, em princípio, com a ideia da igualdade do número de horas de trabalho dos trabalhadores do setor privado e da Função Pública (assinalando-se que os professores das escolas privadas têm o mesmo horário de trabalho semanal que os professores da Escola Pública, 35 horas), mas porque o desenvolvimento das tarefas educativas e docentes impõe exigências de esforço físico, intelectual e emocional, de atualização académica e trabalho de investigação fundamental e pedagógica, incompatíveis com tão elevado tempo de trabalho, que

se antecipa essencialmente de carácter letivo. De facto, todos os indicadores internacionais de trabalho dos professores dizem que os professores portugueses são dos que trabalham mais horas dentro da sala de aula, não se percebendo esta medida a não ser como uma absurda tentativa de despedimento de professores, aos milhares, em necessário detrimento da qualidade da educação e do ensino e, portanto, da igualdade de oportunidades entre todos os portugueses.

2. Rejeitar em absoluto a integração dos professores no “regime de mobilidade especial da Função Pública”, objetivo ostensivamente negado por este Governo e por este Ministro da Educação em várias intervenções públicas e não constante do Programa de Governo aprovado na Assembleia da República ou nos programas eleitorais dos partidos membros da coligação de Governo, o que corresponde, de facto, ao seu despedimento liminar, em muitos casos de professoras e professores com mais de vinte e vinte cinco anos de serviço, com quarenta ou quarenta e cinco anos de idade, ou mais, que toda a sua vida adulta foram formados para as profissões que desempenham, vidas inteiras ao serviço do ensino, da educação e do progresso de Portugal, e que agora se propõe sejam descartados e abatidos, nem sequer com subsídio de desemprego.

3. Solicitar aos vários sindicatos de professores, particularmente aos mais representativos, que en-

cetem todas as formas de luta visando combater este anunciado assassinio da profissão docente e da Escola Pública, que irá destruir, de modo cruel e contrário aos interesses do país, milhares de vidas de professores e outros profissionais da educação.

4. Que essas formas de luta passem, desde já, pela convocação de greves em períodos coincidentes com as avaliações e os exames dos 11º e 12º anos, forma de luta extrema mas proporcional ao genocídio educacional e profissional posto em marcha por este Ministério da Educação e por este Governo.

5. Solicitar aos pais dos nossos alunos que dialoguem ativamente com os professores dos seus filhos, de modo a melhor compreenderem o atual processo de desestruturação da Escola Pública por parte deste Governo, de que o despedimento massivo de milhares de professores e a destruição das suas vidas é apenas a primeira parte, mas de que os seus filhos e as suas expectativas de ascensão e progresso social serão as vítimas principais.

6. Desenvolver todas as ações necessárias ao combate a estas medidas ilegítimas e contrárias aos mais elementares interesses das famílias, dos alunos, das escolas, dos professores, de Portugal e dos portugueses.

7. Mais se delibera enviar este comunicado para todas as instituições oficiais do país, para outras escolas, instando-as à ação, bem assim como para os meios de comunicação social.”

TRÊS NUM BALOIÇO NO TEATRO DO BOLHÃO



Confinados a um espaço indeterminado, três personagens debatem-se com dúvidas, medos e inquietações. Assombrados por uma nova personagem, que só adensa o mistério de um lugar sem saída e de um tempo em suspenso, os três homens fazem um ajuste de contas com o passado, enquanto procuram conferir sentido a uma situação absurda e, aparentemente, sem saída.

Três Num Baloço – de Luigi Lunari – é uma comédia inteligente e mordaz. Com encenação de João Cardoso e interpretação de António Capelo, João Cardoso, João Paulo Costa e Rosa Quiroga, vai estar em cena até 16 de junho no Teatro do Bolhão (Porto): quarta-feira a sábado, às 21h30; domingo, às 16h.

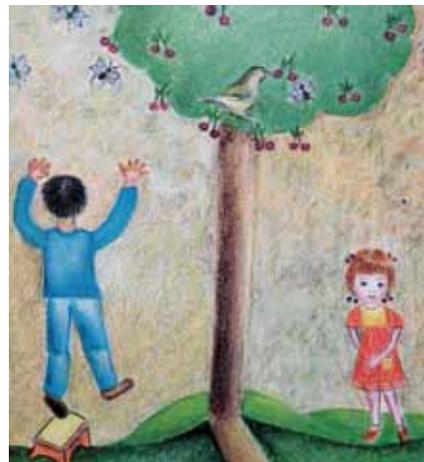
MARIA RITA “ASSUME” ELIS REGINA



De regresso a Portugal, o Pavilhão Rosa Mota e a Arena Meo (Pavilhão Atlântico) são os palcos onde Maria Rita vai apresentar o seu mais recente trabalho discográfico, editado no final do ano passado. A cantora brasileira estará no Porto a 28 de junho e em Lisboa no dia seguinte. “Redescobrir” – o disco – nasceu de uma série de espetáculos com que Maria Rita homenageou Elis Regina, no Brasil, por ocasião do 30º aniversário da sua morte (2012). A aceitação do público levou à gravação e ao prolongamento da digressão para este ano.

Frequentemente empurrada pela crítica para a “sombra” da mãe, o que sempre recusou, Maria Rita assume agora a “filiação”, apresentando 1h30 de canções consagradas por Elis. A promoção assegura que Maria Rita está “na plenitude da sua forma, vivendo com emoção e entrega cada canção”.

RAMO DE CEREJAS



Está um punhado de cerejas num raminho muito alto por mais ágil que tu sejas não chegas lá com um salto

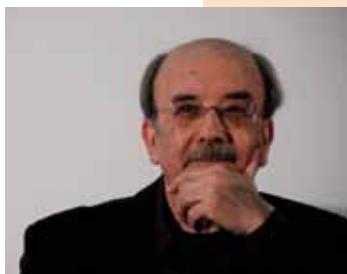
Nem uma escada alcança esse ramo de doçura senta no chão e descansa, olha as aves na altura

Não são tuas, são das aves as cerejas mais vermelhas se não sabias, já sabes: das aves e das abelhas

Nuno Higino

«Daqui e do mar eu vou-te contar»
(poemas com ilustrações de Maria Eduarda Leitão)
Letras & Coisas, abril.2013

Teatro de Bonecos nos Salesianos



KIM TOME

11.junho - 21h

Homenagem a Manuel António Pina

Conferência de Regina Guimarães + “O Inventão”, de MAP

12.junho - 21h

“O Zé das Moscas”, de António Torrado (adaptado)

Colégio dos Salesianos do Porto (Salão Nobre), Largo Padre Baltazar Guedes

*No dia 25 de abril
cravos vermelhos floriram
nas espingardas dos soldados
que liberdade pediram.*

*No dia 25 de abril
o povo gritou:
Liberdade, liberdade,
a liberdade já chegou!*



*No dia 25 de abril
toda a gente cantou
Grândola Vila Morena
que a nossa vida mudou.*

*Hoje no dia 25 de abril
Faz-se uma manifestação
para lembrar ao mundo
o que falta à população.*

Ana Ribeiro Braga texto e desenho
Escola Artística do Conservatório
de Música do Porto - 3º Ano



nesta edição

- a abrir
02. **Proposta de mobilidade especial é pré-aviso de despedimentos**
- editorial
03. **Em junho, estamos em luta!**
- ação sindical
05. **Concursos? Vagas? Não, não é bem isso...**
06. **Organização do ano letivo**
08. **Agregação de escolas concluída no dia das mentiras**
09. **SPN avança com A CES para os tribunais**
Fenprof promoveu encontro nacional
10. **Uma Escola Pública para dar futuro ao país**
11. **Campanha em defesa da Escola Pública começou no Porto**
12. **Estagnação e retrocessos nas carreiras docentes**
18. **A crise na Educação e o necessário combate sindical**
- entrevista
20. **Fernando Rodal:**
O exercício democrático da atividade sindical é muito importante
- notícias SPN
24. **Assembleia-Geral do SPN aprovou Relatório de Atividades e Contas de 2012**
- direito aos direitos
26. **Índice 245/272: decisões favoráveis**
- das escolas
29. **Moção aprovada na Secundária Francisco de Holanda**
- apostas spn
30. **Três Num Baloicho no Teatro do Bolhão**
Maria Rita "assume" Elis Regina
Ramo de cerejas
Teatro de Bonecos nos Salesianos
- a fechar
31. **25 de Abril**

spn
informação

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVIII · II Série · N.º 58

Maio 2013 · 2 euros

spninfo@spn.pt



em junho estamos

em luta

7, 11-14 greve às avaliações

15 manifestação nacional

17 greve geral de professores

vamos dar

resposta. e tu?